

A GUERRA DOS BÁRBAROS NO NORDESTE BRASILEIRO: CONSEQUÊNCIAS, EXTERMÍNIO E RESISTÊNCIA TAPUIA NO SERTÃO NORDESTINO

Ana Beatriz Medeiros Freire¹

Cailhane Cristine Quaresma dos Santos²

Gabriela Moura Farias³

Italo Renato Januario Gomes⁴

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de abordar concepções acerca da guerra dos bárbaros no contexto do Brasil Colonial. Para isso, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como método de investigação do estudo da historiadora Maria Idalina da Cruz Pires (1990), que aborda a atuação dos Tapuias, em conflito com os colonizadores pelos sertões adentro e como deu-se esse processo no seu livro e o artigo “Brasil: 500 anos de guerra contra os índios” de Fábio Oliveira Ribeiro (2000). Diante disso, o objeto da pesquisa discutiu as temáticas dos campos teóricos de História da América e História Indígena. Nesse sentido, mediante a revisão bibliográfica, de natureza descritiva, da obra A Guerra dos Bárbaros (1990), identificaram-se aspectos geográficos e históricos dos povos Tapuias durante o conflito, embora os registros trazidos tenham sido feitos na perspectiva do colonizador. O texto do Fábio Oliveira Ribeiro discute de forma mais abrangente a História Indígena, ajudando na contextualização do processo de aculturação e dizimação dos grupos indígenas. Concluiu-se que os Tapuias interpretaram um papel significativo na resistência indígena durante a colonização, nos proporcionando conhecer a partir de documentos históricos, como ocorreu o início desse conflito e outros aspectos sociais do Período Colonial brasileiro.

PALAVRAS CHAVE: Brasil; História Indígena; Tapuias

1 Graduanda em licenciatura plena em História: UEPB - Email: ana.beatriz.freire@aluno.uepb.edu.br

2 Graduanda em licenciatura plena em História: UEPB - Email: cailhane.santos@aluno.uepb.edu.br

3 Graduanda em licenciatura plena em História: UEPB - Email: gabriela.moura.farias@aluno.uepb.edu.br

4 Graduando em licenciatura plena em História: UEPB - Email: italo.januario@aluno.uepb.edu.br



INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender os aspectos fundamentais da denominada “Guerra dos Bárbaros” protagonizada pelo povo indígena Tapuia que habitava os sertões nordestinos. Traçando um panorama que visa sobretudo atender os enfoques necessários, principalmente ao falarmos sobre a resistência exercida majoritariamente por esses povos. É de suma importância incorporar em contextos gerais o tema que será abordado, destacando o conflito entre os colonizadores portugueses e os povos indígenas, abordando questões como a violência, a conversão forçada ao catolicismo, as epidemias e o impacto contínuo sobre as comunidades indígenas até os dias atuais.

Buscando dar destaque a uma História regional, trazendo as concepções de conquista e povoamento para o sertão nordestino, despertando curiosidade em torno de uma História silenciada e não escrita. O texto busca destacar um dos principais conflitos do período colonial, sendo esse a “Guerra dos Bárbaros”. Dessa forma, entendemos que a colonização e ocupação dos sertões só ocorreu de forma mais abrangente no sertão nordestino pós guerra contra os Tapuias, grupo multi linguístico, do qual obteve pouco contato com os colonizadores no início do processo de colonização. Ao falarmos sobre os registros presentes que abordam esse grupo étnico, percebemos que a documentação é quase nula, onde as únicas descrições partem de uma visão totalmente eurocêntrica.

Assim, buscaremos sobretudo entender todo o processo de combate e resistência do povo Tapuia, do qual influenciou drasticamente a dizimação dos povos indígenas nos sertões nordestinos. Atendendo a uma perspectiva crítica sobre a colonização e destacando a necessidade de novas interpretações ideológicas acerca da história brasileira.

BRASIL: 500 ANOS DE GUERRA CONTRA OS ÍNDIOS

Analisando a História do Brasil dentro dos seus mais de 500 anos, é necessário traçarmos uma linha temporal sobre a chegada dos portugueses ao Brasil. Em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, chega a essas terras e toma posse em nome da coroa portuguesa. Entretanto, o protagonismo do descobrimento dado a Cabral não deveria ser de cunho exclusivo, tendo documentações que já datavam o descobrimento do Brasil, dado ao navegador Vicente Yanes Pizon no ano de 1499. Mas, apenas a partir de 1500, escritos sobre grupos nativos serão datados, marcando oficialmente os primeiros relatos de povos que já habitavam essas terras. Essas narrativas escritas pelos portugueses, descreve a existência desses nativos, seus costumes, hábitos, tradições e cultura, que pela visão do colonizador eram hábitos nada civilizatórios. Nesse sentido, o primeiro relato que se tem vestígios é a carta de Pero Vaz de Caminha, que detalhadamente revela todo o processo de chegada a essas terras, eo primeiro contato do homem branco com o ameríndio.



A tomada de terras indígenas pelos portugueses, reflete como o primeiro ato de violência a esses povos. A posse dessas terras era direito natural dos povos nativos, que de acordo com a pesquisadora e professora Niéde Guidon já habitavam o Brasil há cerca de

12.000 anos, tendo vestígios no nordeste que datam 8.000 anos. No entanto, logo desembarcaram os portugueses e se apoderaram do alheio. Nesse sentido, o ato de descobrimento do Brasil é meramente um ato de invasão, do qual pode ser entendido como uma declaração de guerra. Atributos como a mentira, foram essenciais para a criação de uma narrativa civilizatória, atribuída pelos portugueses. O denominado “índio” agora está imerso em um estereótipo de ser não civilizado, desleixado, indolente e preguiçoso, que através de narrativas que rompem com a verdade, deram espaço a essas concepções, que devem ser esquecidas, dando espaço a História verídica e propriamente dita.

Outros aspectos serão usuais pelos portugueses na chamada guerra de conquista. A utilização da força bruta no processo de catequização, atrelado ao conceito de “Guerra justa” se faz presente nos aldeamentos, principalmente aos nativos que resistiam ao cristianismo, sendo essa hostilidade característica fundamental para a atribuição de uma guerra contra os povos indígenas. A violência do homem branco era através de dois moldes, sendo eles pacífico ou não.

Os índios deveriam então abandonar suas tradições e concepções religiosas de cunho ancestral, e agora convertessem ao catolicismo, tendo sua liberdade tirada e restrita ao querer do colonizador. Diante disso, é notória a violência exercida sobre o povo nativo, mesmo que de forma pacífica. Assim, o processo de colonização é mais que objetivo, ao cumprir fortemente seu papel de eliminar o índio.

Com a conversão desses povos, a identidade e pertencimento atrelado a suas culturas habituais eram apagadas com o tempo, facilitando o processo de criação de uma nova civilização. É nessa guerra suja, feita sob o estandarte da cristandade e com o auxílio militante da Igreja Católica, que o número de vítimas indígenas é desconhecido, mesmo sabendo que muitas vidas foram apagadas. Desse modo, o processo de colonização se dá de forma facilitada. De acordo com o crescimento populacional e a esmagadora parcela da sociedade que supre a população indígena, os portugueses tinham seus problemas resolvidos, já que tudo isso contribuiu fortemente para a perda da identidade indígena.

A EXPANSÃO PECUÁRIA E A OCUPAÇÃO NO SERTÃO NORDESTINO

Fugas da escravidão, guerrilhas, aliança entre tribos e participações em diversas guerras foram algumas formas de resistência dos indígenas a dominação dos colonizadores nos sertões nordestinos. Há uma concepção de que os sertões eram esvaziados, justamente por uma historiografia com visão eurocêntrica que por muito tempo excluiu os povos indígenas da História. Assim, a conquista dos sertões nordestinos e a expansão da pecuária está altamente ligada com a dizimação dos indígenas que habitavam aquela região.



A pecuária só se desenvolveu fortemente após esse conflito, pelo fato das terras estarem sem os grupos indígenas.

Os portugueses, ao chegarem ao Brasil, dividiram os indígenas entre Tupis (estes que tinham maior conhecimento dos costumes e língua) e os Tapuias, estes que resistiram fortemente aos colonizadores. Há uma precariedade de informações sobre os povos tapuias, havendo dúvidas se eles são ou não da família Jê. No cômputo geral, entende-se como Tapuias aqueles grupos hostis à tupinização e, por conseguinte, à colonização (Santos, 2019, p. 64).

Além disso, os colonizadores os viam como primitivos e bárbaros. Soares de Souza descreve-os como “gente brava, silvestre, indômita”. Para Guilherme Piso eram ferozes, truculentos, com ritos ferinos e Joan Nieuwf julgava-os “piores que todos são os outros brasileiros” (Pires, p.30, 1990).

Assim, os Tapuias lutaram fortemente na Guerra dos Bárbaros, chegando a fazer alianças com tribos rivais contra os colonizadores, como a Confederação dos Cariris. Uma das práticas comuns dos colonizadores era se aproveitar das rixas entre diversas tribos, fazendo-as brigarem entre si, deixando elas fracas, como ocorreu com os Paiacu e Janduí. Os indígenas não eram grupos homogêneos, por isso mantinham várias diferenças entre si.

A Guerra dos Bárbaros durou muito tempo (do final da expulsão dos holandeses até a segunda década do século XVIII). Desse modo, foi um grande problema para a expansão da pecuária no interior do Nordeste. Com a ruptura do Tratado de Tordesilhas, houve maiores penetrações no interior. O açúcar diminuiu o preço com a expulsão dos flamengos, e houve a mudança do polo econômico para Minas. Essas modificações atingiram o sistema de criação de gado, que começou a adentrar no interior, pois precisava de um grande espaço, e o litoral estava altamente ocupado. Essa pecuária contribuiu fortemente para a vida em Minas Gerais, gerando deslocamento de grandes boiadas para o Nordeste. A partir do século XVIII, a pecuária vai virar um bom negócio para os colonos, principalmente com as produções ligadas ao couro.

Em outras palavras, a pecuária permitiu a ascensão, tanto social, quanto econômica de alguns habitantes dos sertões. Um exemplo é João da Costa Monteiro, que obteve sesmarias após participar da Guerra dos Bárbaros, tornando-se um dos maiores fornecedores de gado para Pernambuco. Dessa forma, podemos constatar que a Guerra dos Bárbaros além de servir como uma forma de dizimação dos povos indígenas, ela serviu como uma forma de conseguir sesmarias, e melhorar condições de vida dos habitantes, que não tinham dinheiro para construir engenhos.

Esse processo também explica o ocupamento dos sertões nordestinos. No final do século XVII, já havia grandes fazendas de gado na região, principalmente nas margens de rios, entre eles, o São Francisco e o Parnaíba. Esses habitantes colonos e indígenas passaram por grandes secas, justamente por essa região apresentar temperaturas elevadas, chuvas irregulares, e a vegetação caatinga.



“Os índios, habituados a caça, faltando está no rigor da seca, recorrem ao gado solto nos campos. Não possuindo uma concepção de direitos semelhantes à dos colonizadores, admitiam que o gado solto era propriedade comum a todos os indivíduos da tribo que os apanhassem” (Alves, 1982, p.35).

Essa ocupação também foi influenciada pelo Estado para que essas terras não ficassem sem colonos portugueses, evitando ataques estrangeiros, como aconteceu com as invasões holandesas. Além disso, a atividade da pecuária também gerava muito dinheiro por causa da exportação. Desse modo, muitas sesmarias foram oferecidas, mas quem mais ficava nos sertões nordestinos eram os seus escravos, principalmente vaqueiros, com o absenteísmo, como Garcia D’Ávila, senhor da Casa de Torre. O sistema de pagamento era de quarta, após 5 anos de serviço, um quarto da produção seria do vaqueiro.

Os vaqueiros eram auxiliados por “fábricas” podendo ser escravos ou assalariados. Assim, os trabalhos que aconteciam nos sertões nordestinos era tanto trabalho escravo, quanto assalariado. Havia também os foreiros. Os paulistas principalmente receberam honrarias, privilégios, terras, escravos e indígenas. Essa ocupação também se deu pelos missionários de diversas ordens religiosas como os Capuchinhos, Oratorianos, Jesuítas e Franciscanos. Lutaram contra a escravidão indígena, mas mesmo assim criaram gados e foram donos de escravos. Por fim, podemos destacar que essa ocupação e expansão pecuária está ligada diretamente com a Guerra dos Bárbaros, e que a resistência indígena foi muito forte.

O CONFLITO ARMADO

A historiografia brasileira, ao longo de sua evolução, tem sido marcada por uma tendência notável de concentração em determinadas regiões, relegando vastos territórios a um silêncio histórico preocupante. A Historiografia tende a ser centrada apenas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, ignorando os sertões da Paraíba e do Piauí. Maria Idalina (1990) menciona a focalização às áreas do sertão de Rodelas, em Pernambuco; da Ribeira do Açu, no Rio Grande do Norte; da Ribeira do Jaguaribe, no Ceará, além dos sertões do Piauí e da Paraíba.

As fontes históricas oriundas da Guerra dos Bárbaros refletem predominantemente a perspectiva dos colonizadores, imprimindo assimetrias significativas na narrativa histórica. A inerente natureza das fontes, muitas vezes redigidas por agentes coloniais, reflete um viés intrínseco, privilegiando as vozes e interpretações daqueles que representavam o domínio imperial. Esta assimetria revela-se não apenas na seleção e interpretação de eventos, mas

também na caracterização dos povos indígenas envolvidos, frequentemente retratados conforme as



conveniências ideológicas e políticas da época colonial.

Na fase inicial de reconhecimento, observa-se um contexto em que a empreitada colonizadora não se configurava primordialmente como um empreendimento mercantil estruturado. Esse período se caracteriza por uma interação mais fluida e, por vezes, cordial entre colonizadores e povos nativos, onde a exploração econômica ainda não se apresentava como o fulcro dominante.

Contudo, essa dinâmica evoluiu substancialmente com a transição das atividades de exploração para uma economia mais voltada à agricultura de exportação. Essa transformação desencadeou uma reconfiguração nas relações sociais e econômicas, culminando na institucionalização da escravização e servilismo como mecanismos centrais para sustentar a produção agrícola voltada à exportação. Dessa maneira, a fase inicial de reconhecimento deu lugar a um cenário em que as dinâmicas coloniais se consolidaram em torno de interesses econômicos, transformando substancialmente a natureza das interações entre colonizadores e indígenas.

Os povos do grupo Tapuias emergem como protagonistas marcantes nos conflitos com os portugueses durante o período colonial, denotando uma resistência tenaz diante das investidas colonizadoras. Este embate não se restringiu apenas ao âmbito territorial, mas também abarcou a defesa intrépida da liberdade e do modo de vida tradicionalmente enraizado. A etimologia do termo “Tapuia” é objeto de debate, mas comumente associa-se à uma designação genérica para os povos indígenas que não se enquadram nos parâmetros linguísticos e culturais específicos das principais etnias costeiras. Destacaram-se principalmente por sua diversidade linguística, caracterizada pela fala de várias línguas distintas. Os Tapuias estendiam-se por diferentes ecossistemas e zonas climáticas, desde as florestas tropicais até os sertões áridos. Essa distribuição geográfica diversificada contribuiu para o desenvolvimento de línguas distintas, moldadas pelas especificidades ambientais e culturais de cada região.

Contudo, à medida que o avanço da colonização portuguesa se intensificava, tornava-se mais evidente a divergência entre as perspectivas dos Tapuias e dos colonizadores em relação à terra e à exploração de recursos. Essa dissensão gerou conflitos, à medida que os Tapuias percebiam, cada vez mais, as intenções expansionistas dos colonizadores e as ameaças que estas representavam para suas tradições e autonomia.

O início da Guerra dos Bárbaros, em contexto brasileiro, foi notável pela sua precipitação após a expulsão dos Flamengos do território entre 1655-1657, tendo em média uma duração de 70 anos. Com a partida dos Flamengos, que anteriormente estabeleceram efêmeras alianças com alguns grupos indígenas, a ausência dessa influência estrangeira desencadeou uma reconfiguração nas relações entre os colonizadores e os povos nativos, notadamente os Tapuias. Os primeiros registros desse período pós-expulsão dos Flamengos apontam para um aumento significativo de conflitos e tensões, evidenciando a percepção dos Tapuias de que a partida dos estrangeiros não representava uma retomada de autonomia, mas sim o prenúncio de uma nova fase de desafios. As hostilidades emergiram como resposta às aspirações coloniais que se intensificaram, consolidando a percepção entre os Tapuias de que a ameaça agora residia predominantemente nos colonizadores portugueses.



O governo de João Fernandes Vieira durante o período colonial brasileiro foi marcado por complexas dinâmicas políticas e sociais, especialmente em relação aos atritos com os povos Janduí, que tiveram origem em disputas territoriais e nas tensões resultantes da expansão colonial. Vieira, em sua busca por consolidar o domínio português na região, encontrou resistência por parte dos Janduí, que viram suas terras e modos de vida ameaçados pela expansão colonialista. A hostilidade crescente culminou na rebelião dos Janduí contra os colonizadores. Este levante representou uma resposta articulada e enérgica por parte dos indígenas, que buscaram resistir às imposições coloniais e preservar sua autonomia e território. A rebelião dos Janduí foi um evento significativo como os primeiros povos a se voltarem contra os colonizadores.

Durante a década de 60, destacou-se a atuação de Theodósio de Oliveira Ledo e Luiz Soares nas chamadas “bandeiras” para a conquista do sertão. Este termo, evocativo das bandeiras coloniais, denota expedições exploratórias e de ocupação de territórios ainda não completamente integrados ao domínio estabelecido. As expedições lideradas visavam expandir a presença estatal, assim como estender a influência e controle governamental sobre áreas remotas do sertão brasileiro. Estas bandeiras caracterizaram-se por uma combinação de interesses econômicos, estratégias de colonização e, em alguns casos, tentativas de estabelecer novos núcleos populacionais.

Os Tapuias entraram em confronto armado contra os colonizadores em resposta às pressões territoriais, exploração econômica e outros elementos inerentes à presença colonial. Esse confronto armado reflete a resistência ativa dos Tapuias diante das incursões colonizadoras, sinalizando uma narrativa de luta pela autonomia e preservação de seus territórios e formas de vida tradicionais.

A participação de exércitos compostos por grupos indígenas aliados aos colonizadores, provenientes de missões religiosas, na Guerra dos Bárbaros contra os Tapuias, configura um episódio notável nas dinâmicas coloniais do Brasil. Os grupos indígenas provenientes de missões religiosas, frequentemente cristianizados e influenciados pelas práticas coloniais, foram mobilizados como aliados nas campanhas militares contra os Tapuias. Essa aliança, muitas vezes mediada por interesses econômicos e políticos, incorporou indígenas que haviam adotado a fé cristã e estavam sob a tutela de missões religiosas coloniais.

Segundo Maria Idalina da Cruz Pires, “À medida que os colonos avançavam para ocupar sesmarias, os povos indígenas lutavam para se defender contra os invasores. E por serem muitos e conhecerem melhor o terreno, o início da guerra progredia a seu favor” (Pires,

p. 65, 1990). Com isso, as campanhas de terço desempenharam um papel significativo na condução militar durante a Guerra dos Bárbaros, essas campanhas, compostas por unidades militares organizadas, conhecidas como terços, deslocaram-se em missões de conquista e expansão territorial, visando consolidar o domínio colonial sobre vastas regiões do território brasileiro.

É relevante destacar que, nesse contexto, as campanhas de terço muitas vezes envolveram uma participação diversificada de contingentes humanos, incluindo condenados e escravos. Essa inclusão de elementos marginalizados na sociedade colonial nas campanhas militares reflete a complexidade das



relações sociais e do recrutamento para o serviço militar durante o período. Condenados, frequentemente destinados a trabalhos forçados, e escravos, muitos dos quais tinham sua liberdade condicionada ao serviço militar, eram mobilizados como parte integrante das forças coloniais.

As autoridades coloniais se prepararam para uma guerra implacável, oferecendo incentivos e privilégios aos militares que se voluntariaram para participar do conflito. Este fenômeno, caracterizado por uma mobilização intensiva de recursos e pessoal, teve como alvo primordial a supressão de rebeliões indígenas, levando à contratação de bandeirantes para atuarem como instrumentos de controle e repressão. Os bandeirantes, grupo que ganhou notoriedade por suas incursões exploratórias e expansionistas no interior do território brasileiro, foram contratados especificamente para sufocar as rebeliões indígenas. Este contingente, ficou conhecido pela alcunha de “Paulistas” ou “Caçadores de Índios”. Sua atuação consistia em combater as resistências indígenas de forma a assegurar a supremacia colonial e garantir a continuidade da exploração econômica nessas regiões.

A exploração territorial emerge como um fator preponderante, com a justificação dos paulistas e os terços para reduzir ao máximo o número das tribos indígenas no sertão que foi marcada por episódios de violência extrema. A pesquisa examina as estratégias adotadas, os agentes envolvidos e os impactos socioeconômicos e culturais dessas ações no tecido social do sertão.

O término da guerra dos bárbaros no sertão foi um marco significativo na história regional, marcado por uma série de eventos. No âmbito político, a assinatura de tratados e acordos entre as partes envolvidas desempenhou um papel crucial na resolução do conflito. Em 1714, o levante dos guarascenses optaram por manifestar sua resistência. O descontentamento acumulado ao longo do tempo encontrou expressão na revolta, culminando em um confronto que teve como desfecho a perda de 400 guarascenses, que tornou-se um ponto de virada, intensificando as hostilidades e precipitando o início da “Guerra Branca”. Este conflito, assim denominado devido à natureza assimétrica e dissimulada das hostilidades, caracterizou-se por estratégias não convencionais e uma atmosfera de constante instabilidade.

AS NUANCES INTERNAS ENVOLVIDAS NO CONFLITO ENTRE AGENTES DA COLONIZAÇÃO

Primordialmente, é importante destacar que diversos indivíduos e fatores foram cruciais para o sucesso do projeto colonizador, que buscava povoar e dominar os interiores do Nordeste através do extermínio dos povos nativos dessa região, os quais foram participantes diretos e indiretos dos conflitos que ocasionaram a chamada “Guerra dos Bárbaros”. Assim sendo, se destacam nesse processo a participação de missionários, sesmeiros, bandeirantes paulistas, foreiros, rendeiros, moradores e vaqueiros dos sertões. Desse modo, cada parte contribuiu de forma intrínseca nesse processo. Nessa perspectiva, a união de todos esses fatores ocasionados pelo desejo de ocupação territorial e expansão pecuária, produziu movimentos pensados para



que colocassem fim aqueles que eram contrários ao objetivo colonizador, nesse caso, os povos Tapuias, nativos do interior do nordeste.

Contudo, eram diferentes as formas de pensamentos e ação dos agentes que participaram dos conflitos, seja de caráter pessoal, político, econômico ou ideológico, como em primeiro plano, missionários e colonos. Cada um deles tinham pontos distintos de como controlar os indígenas, o que ocasionava conflitos internos. Os missionários defendiam que o controle deveria vir da catequização, para que a partir dela criasse um novo proletariado indígena e os colonos do cativo e da escravização desses indivíduos, demonstrando divergências e relações conflituosas de poder dentro da própria ordem colonial. Um exemplo, foi um atrito ocasionado entre Capuchinhos, ordem religiosa e os senhores da Casa da Torre, homens que tinham a posse de muitas terras na região de Pernambuco, em 1670, o conflito ocorreu entre Francisco Dias D'Ávila e o padre Martinho de Nantes, o motivo se deu pelo fato que os sesmeiros estavam abusando da mão de obra indígena e cobiçando as terras destinadas às missões religiosas. Assim sendo, esse acontecimento, entre outros ocorridos demonstra desavenças na estrutura da própria colonização, deixando claro que apesar dos dois agentes serem a favor da sociedade colonial, são interesses diferentes que movem suas ações.

Por outro lado, na visão dos povos indígenas não havia tantas diferenças, pois de qualquer forma eles estariam sendo explorados, motivo esse por qual muitos dos nativos se rebelavam e eram considerados “bárbaros.” Dessa forma, outros grupos se destacaram nessas ocasiões conflituosas, foram eles os bandeirantes paulistas, que ficaram conhecidos por adentrarem aos interiores, desbravando terras desconhecidas. Esses eram cruéis e contratados para combater os indígenas rebeldes, muitos deles matavam nativos por puro divertimento, o que deixava os religiosos imensamente irritados, pois eles tinham o intuito de demonstrar de forma diferente as ações da colônia. Rara vez alguns deles eram punidos, mas o que imperava nesse momento da história era a impunidade, e a falta de leis que controlassem os paulistas.

Por conseguinte, fica exposto que o caráter de extermínio, mesmo vindo de formas diferentes, assegurou a matança e conquista dos sertões para a pecuária, das regiões do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outras, tomadas por portugueses. A multiplicidade dos interesses fez com que a “Guerra dos Bárbaros” se estendesse, dessa forma, analisamos que muitos grupos sociais majoritariamente privilegiados, no intuito de usufruir da mão de obra escrava dos povos indígenas e das terras conquistadas acabaram por estremecer os ânimos da Coroa metropolitana e provocou o que Serafim Leite nomeia de “Guerra Branca”, na qual um que se sobressair sobre o outro impondo seu poder.

Dessarte, evidencia-se as divergências entre colonos e missionários, na forma de controlar os nativos, os interesses do Estado, dos proprietários de terras e paulistas. Demonstrando também as reivindicações que os moradores que participaram dos conflitos faziam, a fim de conseguirem a posse de suas terras, que eram destinadas em maior quantidade para os sesmeiros. Os conflitos foram maiores entre os Tapuias e europeus, pois acontecia nas estranhas dos próprios poderes colonizadores demonstrando que há nuances que a historiografia oficial não reconhece e acaba por tornar simplista aos olhos da história.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, Pires (1990) e Ribeiro (2000) demonstram ao longo de suas obras informações cruciais para a compreensão dos conflitos que ocasionaram a chamada Guerras Bárbaras. De tal forma, evidencia-se os motivos, consequências e nuances que permearam o acontecimento desse conflito que exterminou a população indígena Tapuia dos sertões do Nordeste. Assim, trazendo informações novas acerca dos acontecimentos e realizando grandes críticas à historiografia oficial que traz um parecer simplista de todos esses conflitos, fornecendo uma análise abrangente sobre esse momento tão importante para a compreensão da resistência e história dos povos nativos do interior, resgatando suas culturas e os apresentando como agentes de sua própria história e não passíveis ao projeto colonizador. Fica claro a participação de diversos fatores como participantes desse processo, como por exemplo, sesmeiros, bandeirantes, missionários, moradores e vaqueiros, os quais foram cruciais para o êxito da metrópole e dos colonizadores. Desse modo, mostrando que a busca pela expansão pecuária nos sertões nordestinos, pelo poder de terra e mão de obra indígena provocou atos irremediáveis que exterminou culturas, povos, e vivências jamais recuperadas, expondo os detalhes ausentes na história tradicional que envolveram todos esses fatos e desfechos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim. **História da seca — século XVII a XIX**. 2.ed. Mossoró. Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.

DA CRUZ PIRES, Maria Idalina. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes/FUNDARPE, 1990.

RIBEIRO, Fábio Oliveira. **Brasil: 500 anos de guerra contra os índios**. Revista JusNavigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 5, n. 41, 1 mai. 2000. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/168>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Os Tapuias Cariris dos sertões da Paraíba: o meio em que viviam, seus usos e costumes**. Queimadas: Cópias & Papéis, 2019.